REQUERIMENTO Nº 012/2020

Senhor Presidente,

Considerando que nos últimos 06 (seis) anos os dedicados trabalhadores da educação do Estado de São Paulo tiveram uma única revisão dos seus vencimentos e salários, sendo que os integrantes do Quadro do Magistério (QM) receberam nesse período somente 7% de revisão e os integrantes do Quadro de Apoio Escolar (QAE) e do Quadro da Secretaria da Educação (QSE) obtiveram menos ainda, apenas 3,5%, ou seja, as revisões concedidas são insuficientes para atender minimamente às necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida dos nossos educadores, portanto, os salários pagos atualmente, por conta da inflação acumulada nesse período, necessitam ser reajustados urgentemente, pois, somente com uma remuneração digna é que os nossos educadores serão respeitados, reconhecidos e estimulados a continuar fazendo uma revolução no campo educacional, proporcionando um ensino de qualidade, formando cidadãos e promovendo justiça social;

Considerando que ainda estamos passando pela maior crise econômica e financeira que o país já vivenciou, criando limitações para investimentos, mas sabemos que o Governador do Estado possui um firme compromisso com a lei de responsabilidade fiscal e tem um profundo respeito e cuidado com o dinheiro público e, mesmo nesse quadro caótico, tem liberado recursos e benefícios para os municípios paulistas, no entanto, entendemos a necessidade também de valorizar corretamente os nossos abnegados servidores da educação paulista, bem como da importância da educação na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Pelo exposto, REQUEIRO, regimentalmente, ouvido o douto Plenário, seja oficiado o Prof. André do Prado, destacado Deputado Estadual, solicitando sua intercessão junto ao Dr. João Dória, Governador do Estado e junto ao Prof. Rossieli Soares da Silva, Secretário Estadual de Educação, visando envidar os esforços necessários para promover uma revisão salarial digna e justa a todos os gestores, professores, servidores e funcionários da ativa, aposentados e pensionistas, pertencentes à Pasta da Educação do Estado de São Paulo, com um percentual mínimo de 10%, em caráter de extrema urgência, pois acreditamos se constituir uma questão de inteira justiça e reconhecimento por tudo que os educadores têm feito de bom e vão continuar fazendo em prol da educação pública paulista.

Plenário Vereador José Ikeda, 03 de fevereiro de 2020.

HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS
Vereador